



REPUBLICA DE PORTUGAL
9.12.2001
[Handwritten signature]

Requerimento nº 839 /VIII (2.a) - AC

Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território

Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República:

No passado dia 6 de Fevereiro, registaram-se na cidade de Silves inundações como há bastante tempo não acontecia, o que causou importantes prejuízos e transtornos a todos quantos foram atingidos.

Ora, em condições normais, o curso do rio Arade devia ser regularizado pelas barragens do Funcho e do Arade, infraestruturas essas geridas pela respectiva Associação de Regantes sob supervisão técnica do INAG - Instituto Nacional da Água e do IHERA - Instituto de Hidráulica e Engenharia Agrícola.

Nessa medida, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho por este meio requerer, por intermédio de V. Exa., ao Senhor Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território e ao Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, informação sobre o seguinte:

[Handwritten signature]
4 FEV 2002
[Handwritten signature]



- 1) Está a ser adequadamente acompanhada, em termos técnicos e de supervisão, a gestão feita pela Associação de Regantes das Barragens do Funcho e do Arade?
- 2) Tem esse acompanhamento em conta os aspectos de segurança das pessoas e dos bens, nomeadamente em situação de cheia? Existem planos e regras de contingência na gestão dos caudais de descarga?
- 3) Cumpriu a Associação de Regantes com todas as suas obrigações de adopção de medidas cautelares na gestão das barragens citadas, face à situação de cheia do passado dia 6 de Fevereiro? Acompanhou o Serviço Municipal de Protecção Civil de Silves a adopção dessas medidas?
- 4) Está previsto algum mecanismo, que possa ser accionado nas condições verificadas, para responsabilizar a entidade beneficiária do funcionamento das barragens pelos prejuízos sofridos por particulares e comerciantes? E eventuais danos nas infraestruturas públicas e municipais, causados pelas cheias, poderão também ser ressarcidos através desse mecanismo?

O Deputado do GP/PS

Luís Manuel Patrão